



APAGANDO MEMÓRIAS, FORJANDO IDENTIDADES COLONIAIS: LEITURAS DO PATRIMÔNIO EM SÃO CRISTÓVÃO, SERGIPE (SE)

Jhonan Luiz Andrade dos Santos¹

Resumo: O presente artigo tem como tema a investigação dos modos de produção de identidades na cidade de São Cristóvão (SE), a partir de discursividades vinculadas ao patrimônio do território. Com o objetivo de problematizar as práticas discursivas atreladas aos bens tombados, são tecidas análises acerca da constituição de uma narrativa oficial que insiste em ser preterida. Caracteriza-se por ser um trabalho que toma a cartografia enquanto metodologia, experimentada no corpo a partir de andanças pela cidade, nas quais essas discursividades foram cartografadas, registradas em diário de campo e problematizadas. Aqui se interroga as políticas de patrimonialização hegemônicas, cuja lógica operacionaliza um selecionador de memórias específicas, alinhadas apenas à identidade eurocêntrica, branca e colonial. Ao se colocar em questão o genocídio, o extermínio e a barbárie que edificaram o patrimônio da cidade, percebe-se que os discursos oficiais em torno das edificações salvaguardadas de São Cristóvão reforçam a imposição do processo civilizatório empreendido pelo português, tido como colonizador e conquistador. Por fim, é proposto um estremecimento do quadro patrimonialístico da urbe assentado nos moldes eurocêtricos, salientando a importância de abrir margem para o aparecimento de outras políticas narrativas e modos de configurar o patrimônio edificado sancristóvensse.

Palavras-chave: Patrimônio; Memória; Identidade; Colonialidade; São Cristóvão.

Abstract: This article's theme is to investigate the ways of producing identities in the city of São Cristóvão (SE), based on discourses linked to the territory's heritage. With the aim of problematizing the discursive practices linked to listed assets, analyzes are made about the constitution of an official narrative that insists on being ignored. It is characterized by being a work that uses cartography as a methodology, experienced on the body through wanderings around the city, in which these discursivities were mapped, recorded in a field diary and problematized. Here, hegemonic patrimonialization policies are questioned, whose logic operationalizes a selector of specific memories, aligned only with Eurocentric, white and colonial identity. When questioning the genocide, extermination and barbarism that built the city's heritage, it is clear that the official discourses surrounding the safeguarded buildings of São Cristóvão reinforce the imposition of the civilizing process undertaken by the Portuguese, seen as colonizer and conqueror. Finally, a shake-up of the city's patrimonial framework based on Eurocentric molds is proposed, highlighting the importance of opening space for the emergence of other narrative policies and ways of configuring sancristóbal's built heritage.

Keywords: Heritage; Memory; Identity; Coloniality; São Cristóvão.

INTRODUÇÃO

Há infinitas maneiras de narrar uma cidade: a partir da história dos seus acontecimentos; dos nomes de suas ruas; da vegetação e dos animais que nela habitam; dos rios que ali nascem e desaguam; das pessoas que nela moram, etc. Nessas tramas infinitesimais, o presente artigo faz um recorte interessado naquilo que marca as práticas sociais do território de forma incisiva: seu patrimônio. Em movimentos de escalas diminutas, a pacata cidade que será o cerne da discussão aqui proposta, habita a singularidade de um solo brasileiro, nordestino e, enfim, sergipano. Localizada no menor estado do Brasil – Sergipe (SE) –, em registros oficiais, reportagens, redes sociais e enunciados de turistas visitantes, é comum se referir a ela como

¹ Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Alagoas, UFAL, Alagoas, Brasil. E-mail: jhonan.santos@ip.ufal.br



uma “cidade histórica”, “cidade-monumento” ou ainda “cidade-patrimônio” (Janaína Cardoso de MELLO, 2022).

A cidade em questão tem como nome São Cristóvão. Em termos de História oficial, foi fundada ainda no século XVI, em 1590, pelo português Cristóvão de Barros, através de determinação real para efetivação do processo de colonização neste seletor território, tido como estratégico por ligar duas das mais importantes áreas açucareiras da América Portuguesa: Pernambuco e o Recôncavo Bahiano (MALAQUIAS; Isabela Leite SANTOS, 2020). Tida – e vendida – enquanto a 4ª cidade mais antiga do Brasil, o emaranhado de fios que tece a história de sua criação se desdobra na ocupação territorial de povos originários que ali viviam, seguida por um violento processo de genocídio, implicando uma série de conflitos e ocupações militares sobre as vidas indígenas já existentes (Priscila Maria de JESUS; Sura Souza CARMO; Cristina Valença de Almeida BARROSO, 2021).

A implementação da colonização, encabeçada por Cristóvão de Barros, neste território que viria a ser conhecido como *Sergipe Del Rey*, se deu pela ocupação de missões religiosas contra os indígenas entre fins do século XVI e começo do século XVII (MALAQUIAS; SANTOS, 2020). Logo depois, a Igreja foi se assentando através do estabelecimento de Ordens Religiosas que, gradualmente, fizeram morada na povoação, caracterizando um percurso de catequização/colonização que legou ao corpo urbano da cidade um importante acervo de bens materiais que, mais tarde, viriam a adquirir condição de tombamento (Beijanine Ferreira da Cunha ABADIA; BARROCO, 2012). Criado pelo Decreto-lei 25/1937, o tombamento consiste no ato administrativo em que instâncias públicas buscam organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico do país, no intuito de preservar bens de valor cultural arquitetônico, afetivo e/ou ambiental. Para tanto, mobilizam-se esforços que impeçam a destruição ou descaracterização, podendo ser aplicado a bens materiais como edificações, objetos, paisagens e núcleos urbanos (IPHAN, 2009).

Dentre as Ordens Religiosas que se instalaram em São Cristóvão, a Ordem de São Francisco foi aquela que concedeu à urbe o conjunto arquitetônico considerado mais expressivo: a Igreja, o Convento e a Ordem Terceira que compõem a Praça São Francisco. Em 2010, a praça em questão concorreu e ganhou o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, reconhecida oficialmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a



Tecnologia (UNESCO). Entretanto, não apenas a Praça São Francisco, mas outros conjuntos e edificações da cidade foram tombadas gradualmente, mediante políticas de preservação patrimonial estaduais e federais, aglutinando-as naquilo que hoje se convencionou chamar de “Centro Histórico” (ABADIA; BARROCO, 2012; IPHAN, 2009; MELLO, 2022).

O patrimônio é uma categoria fundamental na compreensão das políticas públicas de conservação, carregando em si sentidos polissêmicos que não são absolutos, únicos, nem imutáveis. Na história das cenas ocidentais, a noção de patrimônio foi elaborada vinculada à emergência dos denominados Estados-nação e à construção de narrativas de memórias capazes de forjar “a” identidade nacional (Márcia CHUVA, 2020), fazendo com que as políticas de preservação se acoplassem a uma perspectiva hegemônica interessada em determinar usos e significados – desde que inseridas no espectro oferecido pelas heranças da colonialidade (SALLES; FEITOSA; Rosane Freire LACERDA, 2019).

Nessa toada, um dos grandes desafios do acervo conservado de São Cristóvão se coloca na posição tomada por esses discursos – atrelados à memória ibérica e colonizadora –, diante dos debates da decolonialidade (MELLO, 2022). Afinal, o tombamento dos tradicionais edifícios do centro histórico – especialmente aqueles do período colonial –, sinaliza a exclusão de outras manifestações relacionadas às experiências indígenas e afrodiaspóricas que também construíram a cidade, valorizando somente a herança lusitana mediante o apagamento da multiplicidade que marca o território (JESUS; CARMO; BARROSO, 2021).

O patrimônio não configura categoria a-histórica, mas sim uma arena de encenações e expressões de conflitos, produtor – e produto – de uma formação discursiva a respeito do passado que é constantemente reiterada por diferentes veículos, atores e instituições sociais. Trata-se aqui de questionar esse arquivo de “dizibilidades patrimonialísticas” que escondem o jogo incansável e combativo inerente ao apagamento e ao silenciamento de determinadas memórias (Ester Massó GUIJARRO, 2016). Mexer na tendência que se faz em enaltecer as heranças europeias e a chancela de discursos autorizados de patrimônios, legitimadores de uma única narrativa acerca do passado, que se quer sempre preterida (Helena Thomassi MEDEIROS; SOUZA; RIBEIRO, 2023).

Tendo em vista tal panorama, o artigo tem como tema a investigação dos modos de produção de identidades em São Cristóvão (SE), a partir da análise das práticas discursivas



vinculadas a uma concepção de patrimônio hegemônica, ainda bastante eurocêntrica e colonial. Tomando a cartografia enquanto metodologia, a sua escrita nasce do recorte da pesquisa empreendida na monografia para graduação em Psicologia na Universidade Federal de Sergipe. Mediante registro em diário de campo, foram feitas andanças pelo centro histórico da cidade, onde diferentes discursos e enunciados foram cartografados e utilizados como fonte analítica.

Aqui é proposto um estremecimento dos quadros pintados para a vida na velha cidade, cujo chão carrega 434 anos nos quais memória, identidade e patrimônio se engalfinham em redes discursivas fincadas na colonialidade. Não se objetiva negar ou refutar a presença da influência europeia na construção da história da cidade, mas sim problematizar a tirania dessa dita História com “h” maiúsculo, interrogando a consistência das hierarquias sobrepostas na institucionalização de narrativas oficiais. Procura, enfim, tocar os moldes identitários aprisionados na conformação da existência, vislumbrando as fendas do que foi apagado pela hegemonia discursiva dos “vencedores”. Afinal, o colonialismo não é totalizante, e nas suas brechas é possível inventar modos de compor com a vida que desencaminham a norma em percalços éticos, estéticos e políticos sensíveis à multiplicidade do vivo (RUFINO, 2017).

NAS MALHAS LEGAIS DO PATRIMÔNIO

As condições históricas que possibilitaram o aparecimento das políticas de patrimonialização emergem no século XIX, atreladas ao contexto de pós-independência, ali quando a identidade nacional se colocou enquanto um problema (JESUS; CARMO; BARROSO, 2021). De acordo com Márcia Chuva (2020), a criação de instituições como o Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em meados de 1830, por exemplo, é expressão dessa necessidade de inventar/preservar uma memória supostamente nacional. Considerada uma das etapas necessárias à formação do Estado, estes anos dos oitocentos são marcados pela tentativa de efetivar a pretensão da nação, investindo-se maciçamente na biografia dos espaços e na invenção de imagens, mediante estratégias de conservação dos ditos patrimônios brasileiros. Não apenas agências públicas voltadas à produção desse conhecimento são criadas, como também uma gama de especialistas, disciplinas e normativas é convocada para dar conta desse movimento (CHUVA, 2020).

É no século XX, contudo, que os efeitos desse “dispositivo de nacionalidades” (ALBUQUERQUE-JÚNIOR., 2011) ganham intensidade, a exemplo da criação do Serviço do



Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, durante a ditadura do Estado Novo de Vargas. Inicialmente vinculado ao então Ministério da Educação e Saúde Pública, o SPHAN se metamorfoseia e, anos depois, passa a ser chamado com o nome pelo qual é conhecido até hoje: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Atualmente, o IPHAN é uma instituição política autônoma, responsável pela preservação do patrimônio e aplicação dos tombamentos a nível federal (IPHAN, 2009).

Todavia, é notório como as primeiras décadas de atuação destes órgãos, no século passado, estiveram adstritas a uma leitura unívoca do patrimônio nacional. Os bens edificados – pedra e cal – como igrejas, casas-grandes e sobrados receberam os holofotes (SALLES; FEITOSA; LACERDA, 2019), fazendo com que o barroco e a arquitetura colonial das “cidades históricas” se tornassem o epicentro das agências públicas. Articuladas a uma concepção patrimonial específica, essas edificações tinham sua importância “revelada” por especialistas dotados de um saber capaz de identificar o valor inscrito nesses bens (CHUVA, 2020).

O conjunto sancristovense tombado pelo SPHAN/IPHAN é próprio dessa temporalidade, onde as instituições priorizavam a salavuarga de “[...] edificações religiosas cristãs-católicas, militares e civis relacionadas ao exercício do poder” (MELLO, 2022, p. 203). Em linhas gerais, o processo de patrimonialização do centro histórico da cidade iniciou em 1938, através do Decreto-lei nº 94, no qual São Cristóvão é reconhecida pelo governo do estado de Sergipe como Monumento Histórico. Três anos depois (1941), o recém-criado SPHAN realizou tombamentos em edifícios particulares da urbe – cinco igrejas, uma capela e dois conventos. Em 1942, mais três sobrados são tombados; vinte anos depois, mais uma de suas igrejas (ABADIA; BARROCO, 2012; MELLO, 2022). Em 2010, por fim, uma de suas praças – São Francisco – recebeu o título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO, pela configuração e disposição singulares das construções erguidas durante a União Ibérica (1580-1640), período no qual as Coroas Portuguesa e Espanhola se fundiram.

Embora o texto constitucional de 1988 tenha ampliado a compreensão do que é patrimônio – incluindo os bens intangíveis –, o preterimento por essas edificações de pedra e cal sinaliza a atualização da ficção epistemológica, que se arrastou na história do pensamento ocidental, de uma dicotomia platônica entre corpo/alma, mente/corpo, material/imaterial, tangível/intangível (GUIJARRO, 2016). Márcia Chuva (2020) aponta a pertinência de colocar



em questão a artificialidade da divisão que foi instituída entre patrimônio material e imaterial, pois “[...] todo e qualquer patrimônio é fruto da imaterialidade dos valores a ele atribuídos” (CHUVA, 2020, p. 25), sendo necessário, portanto, considerá-lo o resultado de sentidos (imaterialidades), que se concretizam através de objetos responsáveis por mediar as relações dessa dimensão imaterial com o humano (materialidade), sem dicotomias excludentes.

A clivagem estabelecida entre essas duas dimensões – que se atravessam a todo momento – é efeito da valoração arbitrária imposta pelo poder dominante, sedento por estabelecer “o verdadeiro” dos acontecimentos. Assim, a construção desse arquivo de verdades em torno da pedra e cal do patrimônio não se construiu de maneira aleatória, mas operando a institucionalização de certas memórias, selecionando apenas aquelas que melhor ilustravam e representavam a História que se contava a respeito dos espaços. Os discursos autorizados fagocitaram as dissonâncias narrativas, inventando discursos estanques, confortáveis e apaziguadores do passado, este sempre colocado enquanto algo distante, irrecuperável e, por isso mesmo, intocável (MEDEIROS; SOUZA; RIBEIRO, 2023). A atribuição de valor encabeçada por essas políticas públicas de conservação, sejam elas municipais, estaduais, federais e/ou internacionais, apontam uma espécie de autenticidade que marcaria os sentidos possíveis das existências tecidas no território (MELLO, 2022). Essa autenticidade, todavia, não se dá em um plano estanque e consensual. Ela é apenas mais um modo de compreender as dinâmicas do território, uma parte de distintos fluxos de força que nem sempre evidenciam o visível/dizível que faz da cidade um campo de disputa (BAPTISTA, 1999).

Disputas que nem sempre foram as mesmas. Cada época produz embates particulares, que aparecem à medida que as condições históricas armam o cenário de sua emergência. Na tentativa de assegurar a manutenção da vitória lusitana em Sergipe, por exemplo, as primeiras configurações urbanísticas do espaço seguiram o modelo do que pode ser chamado de *Cidade-Forte*. Isto é, um núcleo urbano construído à feição das cidades medievais, cuja formação é semelhante ao que ocorreu em outras cidades luso-brasileiras – como Olinda, Vitória, Rio de Janeiro –, erguidas em um “alto”, à beira-mar ou próximas de um rio navegável que dispusesse acesso naval e terrestre, mas também fornecesse visibilidade e defesa (IPHAN, 2009).

Se hoje já não há a necessidade de defender o território da invasão holandesa ou francesa, essa marca geográfica/geológica produz novos embates na trama citadina. Dentre eles,



a dicotomia estabelecida no que se convencionou chamar “cidade alta” e “cidade baixa”. Em São Cristóvão, o acervo tombado localiza-se acima das ladeiras, na parte alta, ali onde historicamente parte das elites locais fizeram morada (MELLO, 2022), ali onde a colonização produziu visibilidades que reverberam até hoje. Ali onde relampeja, errática, a História do processo de civilização exportado do outro lado do Atlântico, marcada pela valorização de traços arquitetônicos construídos em meio ao genocídio dos indígenas e à escravização de pessoas negras. A presença do tráfico transatlântico em São Cristóvão, inclusive, se dá desde a sua fundação, impulsionada especialmente em fins do século XVIII, momento em que a Província de Sergipe experimentava um aumento na produção de açúcar, alegando-se, assim, a necessidade de um maior contingente de escravizados para exploração de trabalho (JESUS; CARMO; BARROSO, 2021; MALAQUIAS; SANTOS, 2020).

É a esse passado preservado que se costuma atrelar a formação da identidade dos sancristovensses (MELLO, 2022), em um curioso processo de *assossegamento* também atrelado ao fato do patrimônio estar sendo, cada vez mais, capturado pela rede financeira do turismo, cuja maquinaria opera a institucionalização de narrativas passíveis de estampar as vitrines do mercado (CHUVA, 2020). Em guerras por narrativas naturalizadas, a manutenção desse patrimônio ortodoxo é operacionalizada por uma pedagogia do olhar que constrói estereótipos culturais modelados a partir do consumo da indústria turística. Nas particularidades de São Cristóvão, tal *marketing* se faz na venda da experiência do estilo barroco, católico e colonial, tripé insistentemente colocado enquanto demarcação identitária na proposição da patrimonialização da cidade (IPHAN, 2009).

Nessa toada, parâmetros identitários são criados e inculcados nos sujeitos para que estes se enquadrem na narrativa do recurso “turistável” (Diana ARELLANO; Carla Antonella COSSI; SOSA, 2024). Com a entrada das perspectivas do Sul global nas ciências, porém, as construções patrimoniais passaram ser tensionadas, interrogadas (GUIJARRO, 2016). A invisibilidade e o apagamento arbitrários da alteridade e dos conflitos é colocada em questão. O palco das guerras de memória, travadas no silêncio do patrimônio centrado na colonialidade, vem à tona (ARELLANO; COSSI; SOSA, 2024; Mariana Selister GOMES; Cyndiane Escarlete Dias VASCONCELOS, 2016). Afinal, que lugar ocupam os negros e povos originários nas políticas destinadas a salvaguardar o patrimônio cultural e histórico local, estadual, regional,



nacional, e no caso da praça São Francisco, mundial? Como eles (des)aparecem nas formações discursivas oficiais? Ao patrimônio importado, branco, europeu, colonial que é cultivado e valorizado, o que escapa?

APAGANDO MEMÓRIAS, FORJANDO IDENTIDADES COLONIAIS

Para pensar a constituição de identidades, talvez seja o caso de convocar aquilo que há de mais naturalizado na sociabilidade atual: a carteira de identidade nacional. Na frente, uma foto 3x4 colorida, sóbria, neutralizada. No verso, o registro biográfico em letras de imprensa maiúsculas, impresso nos nomes e sobrenomes daquela existência particular, devidamente catalogada. A desconfiança de que os dados possam não corresponder ao indivíduo designado pode ser um agravante. Desgastes, manchas ou qualquer tipo de sujeira na superfície do papel compromete a tradução da individualidade ali expressa. A identidade, portanto, diz de uma representação petrificada e estanque que deve estar sempre legível, higienizada, limpa, sem sujeiras. Cumpre um papel estatístico de registro que, diante da vigilância institucional, supostamente daria conta de dimensionar “quem um sujeito é” (LOPES, 2023).

No campo das subjetividades, essa identidade implica uma posse, uma totalização, um processo de conformação produtor de individualidades encaixotadas: em outros termos, implica a invenção de um Eu. Enquanto as subjetividades são efeitos marcados pela processualidade e pelo fato de estarem permanentemente em movimento, se reinventando em capturas impossíveis de aprisionar, as identidades não passam de congelamentos provisórios que foram capturados, expressos por uma imagem fotografada em um momento específico, e que deve ser periodicamente refeita para melhor simbolizar o Eu do presente (MANSANO, 2009).

Assim também a identidade opera na constituição dos patrimônios. Tendo em vista que a sensibilidade patrimonialística dos oitocentos nasce imersa na busca da identidade nacional, os bens valorados nessa empreitada não deixam de também congelar o fluxo infinito de possibilidades em uma leitura unívoca, individual, possível de representar “o Eu brasileiro”, “o todo”. Para tanto, não apenas uma seleção é feita, mas é fundamental higienizar, limpar as manchas, as impurezas que por ventura venham a pôr tal homogeneidade em dissonância. Se a invenção de São Cristóvão, por exemplo, está assentada no genocídio dos povos originários, e seu desdobramento implica a aderência à escravidão de corpos negros, essa história precisa



encontrar senão silêncio e/ou naturalização na produção das dizibilidades (GOMES; VASCONCELOS, 2016; JESUS; CARMO; BARROSO, 2021).

A “identidade sancristovensse”, nos círculos institucionais, é colocada de modo a apaziguar possíveis desassossegos. Nas visitas aos museus, dos discursos de seus respectivos guias, na leitura dos painéis acoplados aos prédios tombados e nos totens expositivos, nenhuma espécie de crítica a esse passado é empreendida. Transformado em monumento de cultura, a barbárie que sustentou as práticas sociais daquele território é apequenada pela gritaria harmônica dos supostos vencedores. O não dito, entretanto, em si mesmo configura uma abertura para interrogar e problematizar a produção ativa desse silenciamento. Afinal, a violência dos espaços nos convoca, e se todo monumento de cultura é também um monumento de barbárie, há uma espécie de inquietação pulsante que pode ser extraída das discursividades instituídas (BENJAMIN, 1987).

Com o recente movimento de incentivo ao turismo em São Cristóvão, intensificado nos últimos anos pela atual gestão municipal, o medievo religioso e seus traços coloniais são colocados em vitrines. Ao turista que ali chega, a mais iluminada delas está exposta justamente na *Cidade Alta*: Igreja Matriz; Convento São Francisco; Igreja do Amparo; Igreja do Rosário dos Homens Pretos; Museu de Arte Sacra; Santa Casa de Misericórdia; sobrados. Nas redes sociais, esse acervo é vendido mediante a possibilidade de se “revisitar o passado”. Nas andanças pela cidade, chama atenção os enunciados produzidos pelos turistas visitantes: “é como se estivéssemos no Brasil Colônia”; “parece que a cidade parou no tempo, é lindo”; “lembra Portugal”; “essa cidade é um museu a céu aberto”. Na alcunha do *museu a céu aberto*, vende-se uma cidade que incorpora, em suas políticas patrimoniais, o cerne de um projeto civilizatório cujas práticas discursivas põem o passado como algo distante, determinado, mero símbolo que demarca uma importância na história ocidental. Na lida com o pretérito dos acontecimentos, toma-se a preservação do patrimônio como uma espécie de nostalgia, um caminho que integrou aquele espaço ao mundo europeu civilizado (CHUVA, 2020).

Todavia, o corpo que se abre ao movimento de forças que transitam no espaço, é logo tocado por uma certa áurea pairando naqueles trechos da *Cidade Alta*. Uma atmosfera carregada. Ecos quase mudos de outras histórias espreitam o território. Nos termos colocados por Fanon (2008), há um fardo colonial que recai sobre as existências. Talvez seja o caso de



pensar essa colonialidade menos como um peso “externo” que pressiona os corpos, e mais como um fluxo fantasmagórico e sedutor que se (re)produz nos mínimos detalhes do cotidiano.

Na velha São Cristóvão, às 6h da manhã de todos os dias, os sinos da Igreja Matriz se põem a tocar. Aos domingos, eles executam a exclusiva sinfonia de badalos também às 9h, convocando os fiéis sancristovensses para a missa habitual. Além dos dias comuns, em datas festivas religiosas a cidade entra em metamorfose, moldando-se para celebrar a grandiosidade da tradição cristã. Efetivamente, os grandes eventos do catolicismo marcam a dinâmica da cidade, mas é especialmente na miudeza do dia a dia que as tramas do passado reverberam no presente. O emaranhado das distintas temporalidades justapostas na velha urbe gesta uma fôrma-de-vida, que se expressa no cotidiano: uma forma de ser, uma forma de se colocar no mundo, uma forma de compor com a vida. A pacata cidade respira a história que lhe constitui. Os processos de subjetivação, neste território, não se apartam do pretérito dos acontecimentos. No embate entre aquilo que se preserva e aquilo que reverbera em desvios, os sujeitos se enquadram em identidades forjadas na historicidade das práticas sociais.

Considerando que o tempo dos acontecimentos não é linear (BENJAMIN, 1987), os efeitos da colonização são imprecisos, difíceis de dimensionar. Eles reverberam em possibilidades incapazes de serem previstas, apenas mapeadas, cartografadas, sentidas. Quais os efeitos desse fardo colonial na existência dos moradores locais? Como cartografar tal relação quando uma clivagem é produzida entre o patrimônio e o público local que nele vive? Afinal, um dos dilemas comuns aos debates das políticas patrimoniais consiste no fato de que, embora esses “locais de memória” atraiam estudiosos e turistas nacionais/internacionais, a apropriação e valorização local tende a ser considerada incipiente (ARELLANO; COSSI; SOSA, 2024; MELLO, 2022).

Em São Cristóvão, estudos voltados à tal apropriação caminham alinhados nessa tendência, na qual se alega uma distância entre a população local e o patrimônio tombado (JESUS; CARMO; BARROSO, 2021; MELLO, 2022). É comum colocar essa distância enquanto uma “perda de identidade local”, mas, o quanto um patrimônio preservado influencia na construção da subjetividade de existências cuja apropriação do território é considerada incipiente? Haveria uma perda identitária ou se percebe que as representações vinculadas ao patrimônio inventadas para aquele espaço não foram incorporadas ao cotidiano dos locais?



Colocar esse tipo de questão aponta para uma desnaturalização das políticas patrimoniais, marcando seu caráter de invenção. Até que ponto essa importância é alheia ao cotidiano dos moradores da cidade? Não se apropriam eles, cotidianamente, nas suas idas às missas; nas conversas fiadas nos bancos colocados nas praças; nas crianças brincando no centro histórico em fins de tarde?

Apostar na preservação através da concepção do patrimônio, atualmente, tem se mostrado um dispositivo interessante, tendo em vista o acelerado processo de urbanização contemporâneo planejador das cidades, confinando-as em um padrão que busca responder a uma demanda de vida neoliberal cada vez mais individualizada, unívoca e solitária (BAPTISTA, 1999). Mas como, para quê e para quem é importante forjar uma identidade “local” atravessada pelo patrimônio? Ela que está sempre vinculada à memória ibérica, dos europeus que chegaram ali carregando sua civilização e progresso, deslegitimando outros povos pelo “[...] suposto fracasso na execução de um projeto de cuja definição sequer participaram” (Pâmela Marconatto MARQUES; Maria Elly Herz GENRO, 2016, p. 326). De uma identidade empacotada na fôrma-humanidade inventada na abstração civilizatória que suprime a diversidade, negando a pluralidade dos modos de viver (KRENAK, 2020).

E se esses valores eurocêntricos constituem os principais diacríticos identitários do território, como explicar a resistência e insistência dos “brincantes” e seus grupos de dança de ancestralidade africana, percorrendo as vielas da velha cidade? Como explicar a xilogravura de Mestre Nivaldo, um artista reconhecido pelas suas obras cujo desenho marca cenas do fazer cotidiano negro da cidade? Como explicar a doçura das queijadas de Dona Marieta, neta de uma escravizada, e famosa pela delícia de suas receitas, perpassadas ao longo de gerações?

Na trama produzida pela dinâmica dos vencedores, desvios são inventados em brechas apertadas. A criação da Lei nº 3.551 em 2000, ao incluir o registro do patrimônio imaterial, abriu margens para pôr em cena a valorização desses outros bens, particularmente aqueles voltados às manifestações afrodiaspóricas e indígenas. A lentos passos, tais estórias dissidentes têm ganhado espaço no cenário patrimonialístico de São Cristóvão, apontando que embora o colonialismo tenha produzido marcas indelévels nas existências, seu projeto de “[...] ser um paradigma hegemônico, monocultural e monorracionalista apresenta fissuras, cicatrizes, fraturas expostas, hemorragias, sangrias desatadas” (RUFINO, 2017, p. 13) inelutáveis.



Considerando a institucionalidade que inventou a concepção de patrimônio hegemônica, seria possível apostar em uma política patrimonial que caminhe junto aos desmanches da decolonialidade? Que desvios podem ser produzidos para que o turismo na cidade não seja uma mera exploração de seu potencial cultural/histórico violento? De que modo é possível criar um saber que opere uma epistemologia decolonial que incorpore as multiplicidades? Senão ele, o múltiplo. Este que, assim como lembra Milton Santos (2008), se faz presente no mundo da heterogeneidade criadora que é o cotidiano. Em qualquer território, múltiplos usos se fazem, muitos deles diferentes do que previamente foram projetados (SANTOS, 2008). Entretanto, a despeito do extermínio empreendido para fundar e sustentar São Cristóvão, o eco das vozes silenciadas nesses 434 anos de história estremece a identidade inventada para aquelas vidas, tão coloniais quanto a arquitetura de sua cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos oficiais a respeito dos bens tombados em São Cristóvão reforçam o português enquanto conquistador; impõe a cultura europeia; invisibiliza a contribuição dos povos indígenas e africanos na constituição da história da cidade; silencia as problemáticas voltadas ao extrativismo, à escravidão e ao colonialismo. Nos quadros do heroísmo, da descoberta e da colonização lusitana, as demais vozes tendem a cair no ostracismo, e a exploração, o tráfico humano e o genocídio são sossegados para ornar com o arquivo de visibilidades e dizibilidades oficiais.

Dispondo um acervo de bens tombados e preservados, São Cristóvão atualmente é alvo de um mercado de turismo que vende a leitura homogênea e apaziguadora de sua constituição. A história que legou à urbe o posto de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, Cidade-Monumento, Cidade Histórica, Museu a céu aberto, e outros títulos, é proveniente de um projeto de colonização que ainda reverbera nas dinâmicas atuais. A convocação da história que lhe é proveniente aparece em termos de genocídio, racismo, capitalismo, colonialidade e marginalização, todos eles imbricados em uma teia que ressoa e se atualiza nos tempos de hoje, ainda que tenda a ser apagado (MEDEIROS; SOUZA; RIBEIRO, 2023). No regime de visibilidades centenárias, a arquitetura colonial citadina enquadra a memória em um molde sossegado, privilegiando determinadas representações do passado em detrimento de outras.



Compreendidos enquanto ação política situada em uma época histórica particular, os processos que forjaram a concepção de patrimônio na cidade podem se tornar objeto de problematização psicológica, sociológica e historiográfica (CHUVA, 2020). Ainda que atravessando essas distintas dimensões, o presente artigo buscou uma aproximação com o tema focando nos efeitos dessa história, cartografados na experimentação das andanças feitas pela cidade. Na interrogação da institucionalização, seletiva e arbitrária, de narrativas operacionalizadas pelo regime do patrimônio, se buscou questionar a naturalização das discursividades consagradas na lida com os bens tomados do município. Na dinâmica marcada pela colonização e catequização, marca-se que diferentes vivências expressam ancestralidades destoantes da eurocêntrica, enquanto outras se apropriam dela, horas aderindo à conformação, horas dobrando-a à sua própria maneira. Levando em consideração essa heterogeneidade, é interessante que em futuros trabalhos a percepção dos moradores locais também possa ser cartografada, a fim de investigar que atravessamentos são possíveis nas enunciações feitas pelos que se apropriam cotidianamente do território, e pelos que inventam uma normativa a ser seguida nesse uso diário.

Por fim, conclui-se que a lida com as temáticas do patrimônio implica mexer nas estruturas do pensamento ocidental e sistemas de reconhecimentos consagrados, para que se toque as sensibilidades de um passado que ainda paira nas práticas sociais contemporâneas. Provocar e criar desconfortos onde o homogêneo repousa, expor silenciamentos, estremecer temporalidades estanques, interrogar as identidades petrificadas, tornar o pretérito presente (CHUVA, 2020). Recordar que é possível “[...] descansar os nossos pesados restos coloniais” (Isabela FIGUEIREDO, 2015, p. 134), para que a existência extrapole as identidades inventadas na forja de um passado que necessita ser tocado, remexido, questionado.

REFERÊNCIAS

ABADIA, Bejanine Ferreira da Cunha; BARROCO, Helio Estrela. Cidade de Sergipe d’el Rei: o Patrimônio e o Turismo no Centro Histórico de São Cristóvão, Sergipe. **Revista Rosa dos Ventos**, v. 4, n. 4, p. 522-535, 2012. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/4735/473547091005.pdf> Acesso em 2 out. 2023.

ALBUQUERQUE-JÚNIOR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.



ARELLANO, Diana; COSSI, Carla Antonella; SOSA, Lautaro Armando Raúl. Neoextractivismos y turistificación. aportes para una gestión decolonial del patrimonio natural y cultural en el área metropolitana binacional transfronteriza Posadas/Encarnación. **Geografia em questão**, v. 17, n. 1, p. 41-57, 2024. Disponível em <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/32624/22782> 15 maio 2024.

BAPTISTA, Luís Antônio. **A Cidade dos Sábios**: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades. São Paulo: Summus, 1999.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, p. 222-233, 1987.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: DUARTE, Alice (ed.). **Seminários DEP/FLUP**. Porto: Universidade do Porto, 2020, p. 16-35. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/18305.pdf> Acesso em 21 abril 2024.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Isabela. **Caderno de memórias coloniais**. São Paulo: Todavia, 2015.

GOMES, Mariana Selister; VASCONCELOS, Cyndiane Escarlete Dias. Os excluídos da história: mulheres, negros e indígenas nos museus de São Cristóvão/SE. In: **I SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS**, 2016, São Cristóvão. Anais do I Seminário Nacional de Sociologia, São Cristóvão: UFS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2016. p.752-764. Disponível em <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/12877/2/ExcluidosHistoriaMuseus.pdf> Acesso em 21 jan. 2024

GUIJARRO, Ester Massó. ¿Giro decolonial en el patrimonio? la liberation heritage route como alternativa poscolonial de activación patrimonial. **Pensamiento**, v. 72, n. 274, p. 1277-1295, 2016. Disponível em <https://revistas.comillas.edu/index.php/pensamiento/article/view/7713/7530> Acesso em 18 maio 2024.

IPHAN. **Formulário de proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na Lista do Patrimônio Mundial**. IPHAN: São Cristóvão, 2009.

JESUS, Priscila Maria de; CARMO, Sura Souza; BARROSO, Cristina Valença de Almeida Cunha. O silenciamento do Negro no Museu Afro-brasileiro de Sergipe/Brasil. **Revista do Museu de Antropologia**, v. 14, n. 3, p. 167-176, 2021. Disponível em <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/antropologia/article/download/32395/36690/128880> Acesso em 15 abril 2024.

KRENAK, Ailton Alves Lacerda. **O amanhã não está à venda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.



LOPES, Kleber Jean Matos. A alucinação de um canto torto e a excepcionalidade da norma. In: BATISTA, Lázaro (org.). **Por um Nordeste desdobrado: veredas e devires da pesquisa em Psicologia**. Maceió: EDUFAL, 2023.

MALAGUIAS, Carlos de Oliveira; SANTOS, Isabela Leite. População e família escrava em Sergipe, primeira metade do século XIX. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 28, p. 1-30, 2020. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8659127/25734> Acesso em 20 jun. 2024.

MANSANO, Sônia Regina Vargas. Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na contemporaneidade. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, p. 110-117, 2009. Disponível em <https://revpsico-unesp.org/index.php/revista/article/view/78> Acesso em 28 mar. 2023

MARQUES, Pâmela Marconatto; GENRO, Maria Elly Herz. Por uma ética do cuidado: em busca de caminhos decoloniais para a pesquisa social com grupos subalternizados. **Estudos de Sociologia**, v. 21, n. 41, p. 323-339, 2016. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/8506/6062> Acesso em 19 fev. 2024.

MEDEIROS, Helena Thomassin; SOUZA, Daniel Maurício Viana; RIBEIRO, Diego Lemos. Um patrimônio decolonial é possível? Um estudo sobre a cidade de Gravataí/RS. **Revista Mosaico**, v. 15, n. 23, p. 406-429, 2023. Disponível em <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/88858/83838> Acesso em 17 abril 2024.

MELLO, Janaína Cardoso de. O olhar decolonial na cidade-patrimônio: tensões e negociações em São Cristóvão, Sergipe. **Historiæ**, v. 13, n. 1, p. 200-223, 2022. Disponível em <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/14015/10070> Acesso em 15 maio 2024.

RUFINO, Luiz. Exu e a pedagogia das encruzilhadas. 2017. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

SALLES, Sandro Guimarães de; FEITOSA, Saulo Ferreira; LACERDA, Rosane Freire. Patrimônio cultural indígena: desafios para uma educação patrimonial decolonial. **Roteiro**, v. 44, n. 2, p. 1-18, 2019. Disponível em <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/17415/12578> Acesso em 16 abril 2024.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008.